

CONTRATO CEDAE N.º **140** /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **GR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **GR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE PRODUTOS LTDA.**, estabelecida na Rua Projetada A, n.º 136 A, Distrito Industrial II, Cruzeiro/SP, CEP: 12.701-970, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.157.268/0001-20, neste ato por meio de seu Procurador ao final assinado, Sr. GABRIEL GUEDES ZINANI, brasileiro, coordenador de licitações, residente e domiciliado na Rua Capitão Avelino Bastos, 900 – Centro, Cruzeiro/SP, portador da cédula de identidade n.º 45.959.719-X SSP/SP, inscrito no CPF sob n.º 355.674.528-37, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição de Polímero Catiônico para Tratamento de Esgoto, com fundamento no processo administrativo n.º **E-07/100.771/2017**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 351/2018 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/12/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a "**AQUISIÇÃO DE POLÍMERO CATIÔNICO PARA TRATAMENTO DE ESGOTO**", Lote Único, itens 01 a 06, do Anexo I ao Edital, conforme tabela abaixo.

LOTE ÚNICO		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (KG)
01	Polímero Catiônico Desidratação ETE Alegria	42.800
02	Polímero Catiônico Desidratação ETE Penha	5.000
03	Polímero Catiônico Desidratação ETE Pavuna	4.800
04	Polímero Catiônico Desidratação ETE Barra da Tijuca	7.400
05	Polímero Catiônico Desidratação ETE Sarapuí	7.400
06	Polímero Catiônico Desidratação ETE São Gonçalo, Jardim Catarina e Apolo	3.800
TOTAL		71.200

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do



produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto, conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 351/2018 (ASL-DP)** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propostos à **CEDAE** ou terceiros.



**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Código Orçamentário: 33.90.30.21  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 411110207  
Centro de Custos: DP22020000  
ID da Reserva Orçamentária: 2018000879.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:**

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço global, é atribuído o valor total de **R\$ 707.728,00** (setecentos e sete mil e setecentos e vinte e oito reais), conforme tabela abaixo.

LOTE ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (KG)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Polímero Catiônico Desidratação ETE Alegria	42.800	9,94	425.432,00
02	Polímero Catiônico Desidratação ETE Penha	5.000	9,94	49.700,00
03	Polímero Catiônico Desidratação ETE Pavuna	4.800	9,94	47.712,00
04	Polímero Catiônico Desidratação ETE Barra da Tijuca	7.400	9,94	73.556,00
05	Polímero Catiônico Desidratação ETE Sarapuí	7.400	9,94	73.556,00
06	Polímero Catiônico Desidratação ETE São Gonçalo, Jardim Catarina e Apolo	3.800	9,94	37.772,00
TOTAL:		71.200		707.728,00

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.



**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 707.728,00 (setecentos e sete mil e setecentos e vinte e oito reais)**, em parcelas, de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso)".

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.



**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

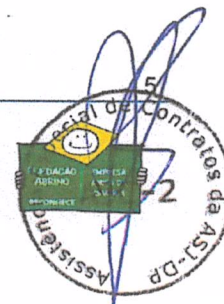
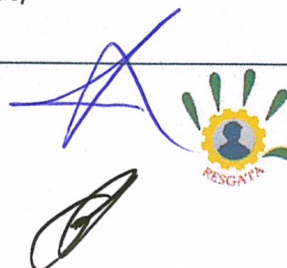
**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;





d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

**PARÁGRAFO QUINTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO NONO:** Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

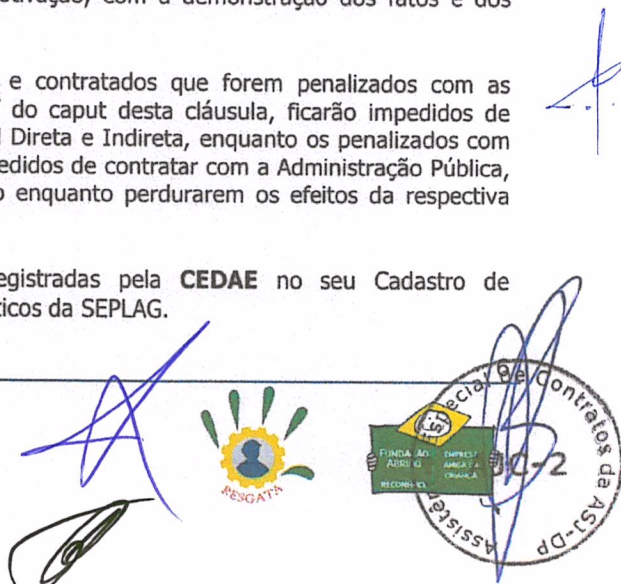
**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** As penalidades serão registradas pela CEDAE no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.





**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO:** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à **CEDAE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

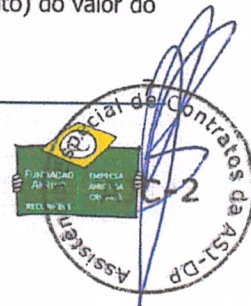
**PARÁGRAFO NONO:** A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.





**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO**

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE**

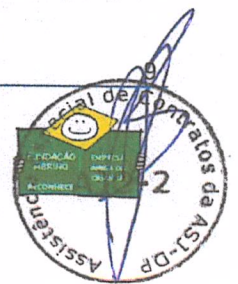
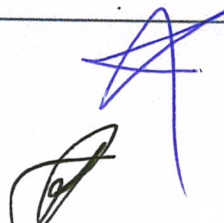
**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da **CEDAE**, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.





**PARÁGRAFO QUINTO:** A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

**PARÁGRAFO SEXTO:** O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**PARÁGRAFO NONO:** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.


**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

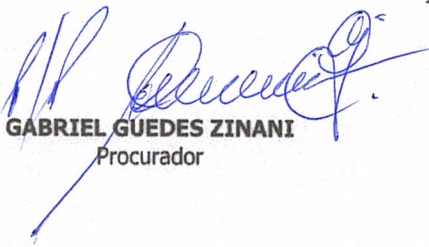
Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**HELIO CABRAL MOREIRA**  
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:

  
**GABRIEL GUEDES ZINANI**  
Procurador

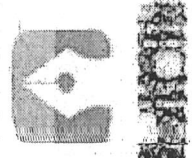
**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr-GR-INDUSTRIA-LTDA-aquisicao-de-polimero-catiônico-PE-351-2018-VBO-P.





LIVRO - 70 - PAG. 049 - 1º TRASLADO - - - - -

PROCURAÇÃO QUE FAZ GR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA À JOSÉ PAULO TEIXEIRA JUNIOR E OUTROS - - - - -

Aos seis (06) de fevereiro de dois mil e dezoito (2.018), neste município de Lavrinhas, Comarca de Cruzeiro, Estado de São Paulo, neste Tabelionato de Notas, perante mim, Tabelião de Notas, compareceu como outorgante, GR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, sociedade empresária limitada com sede no município de Cruzeiro-SP, Rua A, 136, Jardim Imperial, CNPJ/MF nº 03.157.268/0001-20, e filial no município de Paulínia-SP, na Rua Joaquim Aricó, 468 - Betel, CNPJ/MF nº 03.157.268/0002-00, com contrato social de constituição de 02/05/1999, registrado na Jucesp em 04/05/1999, sob o nº 35215666177, e última alteração registrada na Jucesp em 23/08/2016, sob o nº 351.438/16-6, neste ato representada pelos únicos sócios, WANDER MANOEL GARCEZ RIBEIRO, brasileiro, casado, industrial, RG/SSP/SP nº 153.737.013, CPF/MF nº 051.816.248-63, residente e domiciliado neste município, na Rua Geraldo Ribeiro, 96 - Chácara Mavisou; e WASHINGTON LUIZ GARCEZ RIBEIRO, brasileiro, solteiro, industrial, RG/SSP/SP nº 17.436.946, CPF/MF nº 081.122.438-40, residente e domiciliado neste município, na Rua Geraldo Ribeiro, 96 - Chácara Mavisou; os presentes, identificados por mim, conforme documentos apresentados, acima mencionados; do que dou fé. Pela outorgante, por seus representantes me foi dito que pelo presente instrumento e na melhor forma de direito nomeia e constitui seus bastantes procuradores, JOSÉ PAULO TEIXEIRA JUNIOR, brasileiro, casado, diretor comercial, RG/SSP/SP nº 15.372.211-3, CPF/MF nº 053.245.448-09, residente e domiciliado no município de Cruzeiro-SP, na Rua São Paulo, 578 - Jardim São José; CLÓVIS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, gerente comercial, RG/SSP/SP nº 27.826.246-6, CPF/MF nº 183.783.358-36, residente e domiciliado no município de Paulínia-SP, na Av. Aristóteles Costa, 1.037 - Bairro Fortaleza; FÁBIO SAMPAIO GARCEZ RIBEIRO, brasileiro, solteiro, empresário, RG/SSP/SP nº 37.864.633-3, CPF/MF nº 357.158.698-03, residente e domiciliado neste município, na Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 381, apto. 502 - Regina Célia; TIAGO MEIRELLES ALVES, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG/SSP/SP nº 27.826.472-4, CPF/MF nº 218.225.088-35, residente e domiciliado no município de Cruzeiro-SP, na Rua Nestor Gonçalves Duque, 200 - Ed. Pedra da Mina - apto. 4; ANA CLÁUDIA JANÚNCIO, brasileira, casada, vendedora, RG/SSP/SP nº 28355969-X, CPF/MF nº 199.128.738-07, residente e domiciliada no município de Cruzeiro-SP, na Rua Rui Cotrim, 215 - Vila Paulo Romeu; PAULO MAURÍCIO TELES, brasileiro, casado, vendedor, RG/SSP/SP nº 21182516-5, CPF/MF nº 136.669.468-60, residente e domiciliado na Rua Pedro Álvares Cabral, 36 - Jardim Amanda, Hortolândia - SP; ARIOVALDO JOSÉ RINALDI, brasileiro, casado, vendedor, RG/SSP/SP nº 13058315-7, CPF/MF nº 027.653.318-63, residente e domiciliado na Rua Luiz Nado, 728 - Bairro São Luiz, Americana - SP; ALEX ARAÚJO MEIRELLES, brasileiro, solteiro, vendedor, RG/SSP/SP nº 23.741.036-9, CPF/MF nº 275.735.438-83, residente e domiciliado na Rua Celestina Novaes Antunes, 40 - Regina Célia - Cruzeiro-SP; DAISY MARCELA RIBEIRO LEITE MELO, brasileira, casada, vendedora, RG/SSP/SP nº 40.897.179-4, CPF/MF nº 312.966.788-14, residente e domiciliado no município de Cruzeiro - SP, na Rua das Tulipas, 69 - Jardim Primavera; LEVI CÉSAR COTRIM GUIMARÃES, brasileiro, casado, Gerente de Licitações, RG/SSP/SP nº 17.039.467, CPF/MF nº 076.217.828-03, residente e domiciliado no município de Cruzeiro-SP, na Av. José Novaes Sobrinho, 1.920 - Jd. Paraíso; FELIPE DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, vendedor, RG/SSP/SP 43.436.362-5, CPF/MF 290.577.128-30, residente e domiciliado no município de São José dos Campos-SP, à Rua Saturno, 176, casa 06 - Jardim da Granja; GABRIEL GUEDES ZINANI, brasileiro, solteiro, Coordenador de



05212602445956.00006628-7

P.08176/R.016628



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

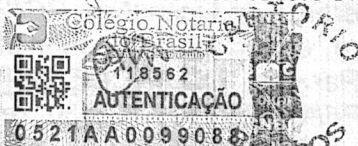
Licitações, RG/SSP/SP nº 45.959.719-X, CPF/MF nº 355.674.528-37, residente e domiciliado no município de Cruzeiro-SP, na Rua Capitão Avelino Bastos, 900 – Centro; **ANDERSON LUIZ ZINANI**, brasileiro, divorciado, Analista de Licitações, RG/SSP/SP nº 22.981.209-0, CPF/MF nº 080.926.028-08, residente e domiciliado no município de Cruzeiro-SP, na Rua Walfrido Novaes Gomes, 129 – Vila Ana Rosa; e **LEANDRO MARCELO MARTINS**, brasileiro, casado, Técnico Químico, RG/SSP/SP nº 25.459.617, CPF/MF nº 267.788.228-05, residente e domiciliado no município de Itatiba-SP, na Av. José Maria Solido, 45, bloco A, apto. 23 – Pedro Costa; a quem confere amplos gerais e ilimitados poderes para o fim especial de em conjunto ou isoladamente representar a firma outorgante perante as repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias de qualquer nível, empresas públicas e privadas e de economia mista em geral e onde mais necessário for; podendo para tanto, dito procurador, participar de concorrências públicas, assinar declarações e documentos referentes à inscrição ou renovação de cadastro de fornecedores, inclusive contratos e atas de registro de preços; participar de processos licitatórios, tais como concorrência nacional, tomada de preços, pregão presencial e eletrônico, carta convite; apresentar propostas, lances verbais, interpor recursos e impugnar outros, recolher taxas, impostos e tributos em geral; podendo enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer. **O presente instrumento de mandato tem o prazo de validade de 01 (um) ano, extinguindo-se em 05 de fevereiro de 2.019.** Assim o disse e dou fé. À pedido, lavrei este instrumento, que feito e lido em voz alta e clara, por achá-lo em tudo conforme, aceitaram e assinam, dispensando expressamente as presenças e assinaturas de testemunhas. Traslada em seguida. Eu, (a.) (Nelson Dias de Barros Junior), Tabelião, digitei, conferi, subscrevi e assino em público e raso. (a.) **GR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.** Nada mais. Traslada em seguida. Eu, Nelson Dias de Barros Junior (Nelson Dias de Barros Junior), Tabelião de Notas, digitei, conferi, subscrevi e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

**NELSON DIAS DE BARROS-JUNIOR**  
TABELIÃO DE NOTAS

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS  
NATURAIS E TABELIAO DE NOTAS  
DO MUNICIPIO DE LAVRINHAS  
COMARCA DE CRUZEIRO-SP  
NELSON DIAS DE BARROS JUNIOR  
OFICIAL E TABELIAO  
AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO A PRESENTE COPIA REPROGRAFICA QUE  
CONFERE COM O ORIGINAL DO QUE DOU FE  
LAVRINHAS, 10 SET 2018 DE  
GRUPO VENEZA NOVOA  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE





DE 27.09.2018

**PROCESSO Nº E-07/203099/2007 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Licença Prévia para parcelamento do imóvel rural denominado Fazenda Guriri, em nome de **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**, com base no Parecer Técnico nº 135/2018/GELAF, os fls. 97, que informa a desistência do requerente e nos demais elementos constantes do processo em referência.

DE 28.09.2018

**PROCESSO Nº E-07/203099/2005 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Licença Prévia, em nome de **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**, com base no Parecer Técnico nº 134/2018 (fls. 34), que informa a desistência do requerente e nos demais elementos constantes do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/100885/2008 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Certificado de Faixa Marginal de Proteção, em nome de **JAYME DA SILVA ARAUJO**, com base no Parecer Técnico nº 283/2018/SEFAM (fls. 20-21), da GELURH, que informa não ser possível localizar o requerente no endereço mencionado para a entrega de notificação pela qual é exigida a apresentação de elementos cartográficos necessários à demarcação da FMP e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/002.9765/2015 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Certidão Ambiental, em nome de **SIRISO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA**, com base no Parecer Técnico nº 255/2018/SEFAM (fls. 53-54), que informa que a empresa não atendeu aos termos das notificações SEFAMNOT/01075944 e SEFAMNOT/01086852, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015 e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 01.10.2018

**PROCESSO Nº E-07/509584/2011 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, em nome de **PLA AREAL DE QUATIS LTDA**, com base no Parecer Técnico nº 349/2018/SEORH (fls. 76-77), que informa que o objeto do presente requerimento está sendo avaliado pelo processo E-07/509.858/2011 (outorga) e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 04.10.2018

**PROCESSO Nº E-07/504413/2011 - INDEFERIMENTO** do requerimento de licença ambiental simplificada, em nome de **GREEN TRANSPORTE DE CARGAS E LOCAÇÕES LTDA**, com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Licença nº GELACR-PT-353/2018 (fls. 67), que informa o não atendimento aos termos da notificação SARATNOT/01081282 e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/200789/2001 - INDEFERIMENTO** do requerimento de licença de operação em nome de **PRODUTOS FARMACÊUTICOS MILLET ROUX LTDA**, com base nas informações prestadas pela Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente do Município do Rio de Janeiro (fls.303), que informam que a empresa está em fase de obtenção de LMO por aquela Secretaria Municipal, que julgará, inclusive, a pertinência da permanência da empresa no local com base no Decreto Municipal nº 322/1976 e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/202635/2008 - INDEFERIMENTO** do requerimento de licença de operação, em nome de **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CDEAE**, com base no Parecer Técnico de LO nº GELAN-LO-00018 que informa que o licenciamento em questão faz parte do processo de licenciamento ambiental E-07/500.809/2010 e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/508203/2009 - INDEFERIMENTO** do requerimento de averbação da Licença de Operação nº IN030881, em nome de **MARKOBAS AMBIENTAL LTDA - ME**, com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Licença nº GELURH/CLTA nº 2018/0018 - Indeferimento-PT-319/2018 (fls. 172-173), que informa que a inclusão de veículo não atende os requisitos aplicáveis pela norma NOP INEA-26 (tempo de uso do veículo) e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 05.10.2018

**PROCESSO Nº E-07/501037/2009 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, em nome de **POSTO DE SERVIÇO MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS LTDA**, com base no Parecer Técnico nº 340/2018/SEORH (fls. 175-177), que informa que a água subterrânea no local onde está localizado o poço tubular apresenta contaminação, sendo proibido seu uso e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 08.10.2018

**PROCESSO Nº E-07/002.10832/2015 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Certidão Ambiental, em nome de **SIRISO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA**, com base no Parecer Técnico nº 284/2018/SEFAM (fls. 53-54), que informa que a empresa não atendeu aos termos das notificações SEFAMNOT/01075944 e SEFAMNOT/01086870, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015 e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

**PROCESSO Nº E-07/505886/2009 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Certidão Ambiental, em nome de **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ**, com base no Parecer Técnico nº 189/2018/SEORH (fls. 29-30), que informa que a empresa não atendeu aos termos das notificações SEFAMNOT/01073435 e SEFAMNOT/01080351, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015 e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 09.10.2018

**PROCESSO Nº E-07/500053/2010 - INDEFERIMENTO** do requerimento de Certificado de Faixa Marginal de Proteção, em nome de **COQUEPAR - COMPANHIA DE COQUE CALCINADO DE PETRÓLEO S.A.**, com base no Parecer Técnico nº 301/2018/SEFAM (fls. 44-45), da GELURH, que informa que a empresa não atendeu a notificação SEFAMNOT/01075944 e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

Id: 2140173

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO  
ATO DO DIRETOR-GERAL RESPONDEENDO  
PORTARIA INEA COEXEC Nº 060 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018  
CRIA COMISSÃO PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 045/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O DIRETOR-GERAL RESPONDEENDO PELA COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO**, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no Processo nº E-07/002/0101396/2018,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Criar a comissão de gestão e fiscalização do Contrato INEA nº 045/2018, firmado com Veja Tecnologia em Segurança LTDA.

**Art. 2º** - Designar Ester Caetano Vianna de Mello, Id Funcional 4347924-3, para a Gestão do Contrato; Rafael de Souza Silva, Id Funcional 4398517-3, Wanderley Eneas Gonçalves, Id Funcional 4254716-4, para a Fiscalização, e Roberta de Souza Lopes, Id Funcional 4317681-5, como Suplente.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, terá efeitos a contar de 17/10/2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018.

**LINCOLN MURCIA**  
Diretor-Geral respondendo pela Coordenadoria  
Executiva e de Planejamento

Id: 2140168

Serviço de Atendimento ao Cliente da  
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

0800-2844675

Telefone

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

**ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DESIGNADA  
PELA PORTARIA INEA PRES Nº 194 DE 18 DE JANEIRO DE  
2011  
E SUAS ALTERAÇÕES**

Aos dezoito dias do mês de outubro de 2018, na sala do Serviço de Apoio à Presidência do INEA, na cidade do Rio de Janeiro, sob a Coordenação da servidora Hilana Paula Drummond de Andrade, reuniu-se a Comissão destinada a avaliar os pedidos de concessão de adicional de qualificação, na forma instituída pela Portaria INEA PRES nº 194, de 18 de janeiro de 2011 e suas alterações, estando presentes os membros abaixo assinados. Abriu os trabalhos, a Comissão deliberou nos seguintes termos: I. REVER A DECISÃO DO ITEM II da Ata da 81ª Reunião Ordinária da Comissão designada pela Portaria INEA PRES nº 194, de 18/01/11 e suas alterações, tendo em vista que consta no Histórico Escolar dos servidores listados a seguir, a obtenção do Título de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. Dessa forma, a Comissão decide DEFERIR COM PRAZO: E-07/002.103260/18 - Wallace Serafim Pavao, Adicional de Qualificação de Mestrado, a partir de 01 de outubro de 2018; e E-07/002.104006/18 - Samuel Mulyaert Camargo da Silva, Adicional de Qualificação de Mestrado, a partir de 01 de outubro de 2018, devendo os servidores apresentar o original do certificado de conclusão do curso no prazo de até 1 ano, conforme dispõe o art. 5º, §§ 1º e 2º da Resolução INEA nº 29/2010. II - A Comissão concederá o prazo de até cinco dias úteis, a contar da publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para eventuais impugnações. Nada mais tendo a tratar, a Coordenadora Hilana Paula Drummond de Andrade, deu por encerrada a reunião, da qual a servidora Thaís da Costa Ferreira, lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada, por mim assinada e demais membros da Comissão presente.

**HILANA PAULA DRUMMOND DE ANDRADE**  
Coordenadora

**THAÍS DA COSTA FERREIRA**  
Membro

**ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA SILVA**  
Membro

Id: 2140171

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS  
E ECOSISTEMAS**

ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA/DIBA/PE Nº 100 DE 18 DE OUTUBRO DE 2018

CRIA COMISSÃO PARA FISCALIZAR O CONTRATO INEA Nº 42/2018.

**O DIRETOR DE BIODIVERSIDADE, ÁREAS PROTEGIDAS E ECOSISTEMAS DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA/RJ**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno do Instituto,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Criar Comissão para proceder ao acompanhamento e fiscalização do Contrato INEA Nº 42/2018, firmado com a empresa ZULRIEL DE IGUAÇU COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

**Art. 2º** - Designar **ALCIDES PIZZINATTI**, Chefe do Centro de Primatologia do Rio de Janeiro - CENPRI, ID nº 2150387-7, na Supervisão do Contrato, **SÔNIA MARIA EDUARDO DE FRANÇA**, Assistente Operacional, ID: nº 2150414-8 e **SILVIA BAHADIAN MOREIRA**, Médica Veterinária, ID: nº 4461238-9, na Fiscalização do Contrato; e **PRISCILA DINIZ BARROS ALMEIDA**, Bióloga, ID: 4376326-0, como Suplente na impossibilidade dos fiscais designados, procederem ao acompanhamento e fiscalização no que dispõe a presente Portaria, conforme Processo nº E-07/002.1917/2018.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2018.

**PAULO SCHIAVO**

Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas - DIBA-PE.

Id: 2140169

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL PIABANHÁ**

**RETIFICAÇÃO**  
D.O. DE 18/10/2018  
PÁGINA 21 - 2ª COLUNA

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**  
DE 28/09/2016

PROCESSO Nº E07/002.01860/2016

**ONDE SE LÊ: CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO.  
LEIA-SE: CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO.**

Id: 2140170

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

**ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE**  
DE 03/10/2018

**DESIGNA PAULO AFONSO DE ALMEIDA**, Agente de Saneamento F, como Presidente, **IGOR SANTOS SANTANA**, Agente de Saneamento F, **DANIEL PEREIRA OLIVEIRA**, Agente de Saneamento F, **WALLACE DE SOUZA PIMENTEL**, Agente de Saneamento F, **ALMIR PEDRO DA SILVA LEAL**, Agente de Saneamento F, **CÉLIO MANO DE AZEVEDO JUNIOR**, Agente de Saneamento F, **FABIO FRANÇA NUNES**, Agente de Saneamento F, **CLAUDIO FABIANO MARQUES DE VELASCO**, Engenheiro D, **JOSE AUGUSTO DAIBES DE MELLO**, Agente de Saneamento D, **LUIZ FERNANDO ARAUJO GRAMIA**, Técnico de Saneamento II, como membros titulares e **WALACE DANIEL COSTA DA SILVA**, Agente de Saneamento F, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II, **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Agente de Saneamento D, como membros suplentes, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "AQUISIÇÃO DE POLÍMERO CATIÔNICO PARA TRATAMENTO DE ESGOTO", de que trata o Processo nº E-07/100.771/2017, Ordem de Serviço E nº 15.268/2018.

Id: 2140147

**Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**

**DESPACHO DO SECRETÁRIO**  
DE 17.10.2018

**PROCESSO Nº E-02/007/01871/2018 - AUTORIZO** o servidor **NIVALDO HENRIQUE TEIXEIRA NOGUEIRA DA GAMA**, Médico Veterinário, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

Id: 2139843

**DESPACHO DO SECRETÁRIO**  
DE 18.10.2018

**PROCESSO Nº E-02/007/01794/2018 - RATIFICO**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, artigo 42, § 5º, a modalidade Adesão a Ata de Registro de Preços, de acordo com as Diretrizes para Aquisições de Bens, Obras e Serviços Técnicos Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Doações da AID, pelos Mutuários do BANCO MUNDIAL (FA 8200-BR), a favor da M.G. COMERCIO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA., no valor de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais) pela aquisição de papel A4, conforme autorização do Sr. Diretor, autoridade ordenadora de despesas.

Id: 2140117

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO S.A.**

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PRESI Nº 90 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

**DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO TERMO  
DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO Nº  
5587, DE 08/06/2010.**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - CEASARJ**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o que consta no Processo Administrativo nº E-06/002/1241/2013;

- que o permissário **RICARDO PEREIRA DE FREITAS**, ocupante do Mod. 65 Pavilhão 51 (caixotaria), Unidade I, Irajá, apresenta débitos junto à CEASARJ relacionados aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018;

- que o permissário foi devidamente notificado para pagamento dos débitos em questão, por meio de Aviso de Cobrança às (fls. 97) e Notificação Extrajudicial às (fls. 102/104);

- que o permissário ainda não concluiu o processo de regularização, em virtude da inadimplência;

- que foram observados os Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa;

- que foram observadas todas as etapas contidas na Portaria DIREX nº 001/2017; e

- que o Conselho de Administração da CEASARJ, em reunião realizada na dia 25/09/2018 (fls. 158/161), deliberou pela revogação da permissão outorgada;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Revogar a ocupação, relativa à área do Mod. 65 Pavilhão 51 (caixotaria), Unidade I, Irajá - CEASARJ.

**Art. 2º** - Determinar à Diretoria Operacional que notifique o ocupante do local para que desocupe a área descrita, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente Portaria, na forma do art. 26, caput, da Lei nº 6.482/2013.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2018

**AGUINALDO BALON**  
Diretor-Presidente

Id: 2140153

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO S.A.**

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PRESI Nº 91 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

**DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO TERMO  
DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO Nº  
632 DE 14/07/2014.**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - CEASARJ**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o que consta no Processo Administrativo nº E-06/002/1046/2013;

- que o permissário **LEONCIO LUIZ PINHEIRO ANDRADE**, ocupante do Mod. 62 Pavilhão 51 (caixotaria), Unidade I, Irajá, apresenta débitos junto à CEASARJ relacionados aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018;

- que o permissário foi devidamente notificado para pagamento dos débitos em questão, por meio de Aviso de Cobrança às (fls. 60) e Notificação Extrajudicial às (fls.01/03 do Anexo II);

- que o permissário ainda não concluiu o processo de regularização, em virtude da inadimplência;

- que foram observados os Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa;

- que foram observadas todas as etapas contidas na Portaria DIREX nº 001/2017; e

- que o Conselho de Administração da CEASARJ, em reunião realizada na dia 25/09/2018 (fls. 99/102), deliberou pela revogação da permissão outorgada;

RESOLVE:

**Art. 1º** - Revogar a ocupação, relativa à área do Mod. 62 Pavilhão 51 (caixotaria), Unidade I, Irajá - CEASARJ.

**Art. 2º** - Determinar à Diretoria Operacional que notifique o ocupante do local para que desocupe a área descrita, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente Portaria, na forma do art. 26, caput, da Lei nº 6.482/2013.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2018

**AGUINALDO BALON**  
Diretor-Presidente

Id: 2140157

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,  
PESCA E ABASTECIMENTO**

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO S.A.**

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PRESI Nº 92 DE 17 DE OUTUBRO DE 2018

**DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO TERMO  
DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO Nº  
313 DE 18/03/2014.**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - CEASARJ**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o que consta no Processo Administrativo nº E-06/002/1262/2013;

- que a empresa permissária **COMERCIAL AGRÍCOLA LUZ DIVINA LTDA**, ocupante do Pavilhão 41, Boxes 28 e 30, Unidade I, Irajá, apresenta débitos junto à CEASARJ relacionados ao ano de 2018;

- que a empresa permissária foi devidamente notificada para pagamento dos débitos em questão, por meio de Aviso de Cobrança às (fls. 267) e Notificação Extrajudicial às (fls. 269/271);

- que a empresa permissária ainda não concluiu o processo de regularização, em virtude da inadimplência;

- que foram observados os Princípios Constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa;

- que foram observadas todas as etapas contidas na Portaria DIREX nº 001/2017; e

- que o Conselho de Administração da CEASARJ, em reunião realizada na dia 25/09/2018 (fls. 305/308), deliberou pela revogação da empresa permissária.

RESOLVE:

**Art. 1º** - Revogar a empresa permissária, relativa à área do Pavilhão, 41, Boxes 28 e 30, Unidade I, Irajá - CEASARJ.

**Art. 2º** - Determinar à Diretoria Operacional que notifique o ocupante do local para que desocupe a área descrita, no prazo de 15 (quinze)



nada no DOERJ de 16/05/2016, pág. 10, 3ª coluna. Diretor: Afonso Celso Ray Macedo, designado no DOERJ de 14/05/2017, pág. 11, 3ª coluna. Servidor que autoriza a publicação: Renata Cristina de Melo Leite Moreira, ID. 4391016-5.

## CEJA TRÊS RIOS

## EDITAIS

O DIRETOR DA UNIDADE CEJA TRÊS RIOS, sito na Rua Iglesiães Lopes, nº 870, Cantagalo, Município de Três Rios, Censo Escolar 33149380, nos termos da Resolução SEEDUC nº 5469/2016, torna pública a relação nominal dos concluintes do CURSO DE ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, autorizado pelo Decreto nº 30154 de 13 de dezembro de 2001, no ANO LETIVO DE 2018:

Emanuel Rodrigues Costa, Matrícula 15103300166; João Victor Freitas da Rocha, Matrícula 18103300547, CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, autorizado pelo Decreto nº 30154 de 13 de dezembro de 2001, no ANO LETIVO DE 2018; Hudson Souza de Oliveira, Matrícula 17203300030; Mário Ângelo de Carvalho Honorato, Matrícula 12033000484, Secretária Escolar: Ana Marta Silva dos Anjos, designada no DOERJ de 23/05/2005, página 27, 1ª coluna. Diretora: Lucimar Rodrigues, designada no DOERJ de 06/02/2015, página 46, 1ª coluna. Servidores que autorizam a publicação: Márcia Guedes da Silva, ID 3665602-0 e Viviane Vaz de Sousa, ID 3665692-5.

O DIRETOR DA UNIDADE CEJA TRÊS RIOS, sito na Rua Iglesiães Lopes, nº 870, Cantagalo, Município de Três Rios, Censo Escolar 33149380, nos termos da Resolução SEEDUC nº 5469/2016, torna pública a relação nominal dos concluintes do CURSO DE ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, autorizado pelo Decreto nº 30154 de 13 de dezembro de 2001, no ANO LETIVO DE 2018; Diego da Silva Pereira, Matrícula 18206000063; Gabriela Queiroz Fernandes, Matrícula 18206000019; Priscila Fajó Soares, Matrícula 172060000114; Tayane Letícia Carlos de Jesus, Matrícula 182060000154, Secretária Escolar: Ana Marta Silva dos Anjos, designada no DOERJ de 23/05/2005, página 27, 1ª coluna. Diretora: Lucimar Rodrigues, designada no DOERJ de 06/02/2015, página 46, 1ª coluna. Servidores que autorizam a publicação: Márcia Guedes da Silva, ID 3665602-0 e Viviane Vaz de Sousa, ID 3665692-5.

COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA SONIA MARIA  
PIEDADE DE MOURA

## EDITAIS

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA SONIA MARIA PIEDADE DE MOURA, sito na Rua Francelina Ullmann, nº 1003, Saco, Município de Magé, Censo Escolar 33052891, nos termos da Resolução SEEDUC nº 5469/2016, torna pública a relação nominal de concluintes do ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, autorizado pela Resolução SEE nº 2889 de 25 de maio de 2005, no ANO LETIVO DE 2007/1ª SEMESTRE, Turma JA-801: Alexandro Ferreira de Souza, Matrícula 2011120309160447022; Daiana dos Santos, Matrícula 201102030125541; Elival da Silva Florido, Matrícula 20071203010003; Laís de Andrade Silva, Matrícula 20071203010005; Líber de Araújo Pereira, Matrícula 20071203010006; Marcos Paulo de Castro, Matrícula 20071203010007; Marta de Souza Malheiros, Matrícula 20071203010008; Raphael da Silva Leite, Matrícula 20071203010009; Roberto dos Santos Freitas, Matrícula 200912030037911; Sidnei da Silva Ribeiro, Matrícula 200912030042249; 2ª SEMESTRE, Turma JA-801: Charles da Silva Mustrange, Matrícula 201112030166546; Fábio Brito de Oliveira, Matrícula 20071203010003; Leidiana da Silva Gonçalves, Matrícula 200912030027282; Pedro Paulo Escoto da Costa, Matrícula 200912030041277, no ANO LETIVO DE 2008/1ª SEMESTRE, Turma JA-901: Ângelo Malheiros Ribeiro, Matrícula 200912030030313; Diego Botelho Pereira, Matrícula 200912030033339; Elzângela Leite Costa, Matrícula 200912030034149; Gilberto da Silva de Moraes, Matrícula 200812030010005; Loiden da Silva de Moraes, Matrícula 2009571400872; Márcio Antônio Bressan, Matrícula 200912030040114; Raquel Dias das Neves, Matrícula 201102030126270; 2ª SEMESTRE, Turma JA-901: Alzenir Pereira de Souza, Matrícula 200912030029900; Ana Lucia da Silva Rodrigues, Matrícula 200912030030070; Edson Lourenço da Silva, Matrícula 200912030032952; Fabiana Regis da Matta, Matrícula 200912030033509; João Paulo Filho, Matrícula 200912030034653; Jocilene Candido, Matrícula 200912030034815; Jonathan Malheiros Ferreira, Matrícula 200912030037245; Luis Gustavo da Silva Pereira, Matrícula 200812030010009; Marcio Ferreira dos Reis, Matrícula 200912030038993; Patrícia Rodrigues Ludovico, Matrícula 200912030036940; Rose de Lima, Matrícula 201102030217735; Sara Souza Ramos Pereira, Matrícula 200912030038217; Simone Ferreira da Silva, Matrícula 201512030229713; no ANO LETIVO DE 2009/1ª SEMESTRE, Turma JA-901: Ana Maria Silva de Jesus, Matrícula 200912030029730; Bettina Vicente Rodrigues, Matrícula 200912030010002; Bruno Ramos de Oliveira, Matrícula 200912030031204; Delson de Lima Slais, Matrícula 200912030010004; Kaluciusa Ferreira da Costa Roberto, Matrícula 200912030037830; Marcos José Pontes do Nascimento, Matrícula 200912030039531; 2ª SEMESTRE, Turma JA-901: Anderson Duarte Guerra, Matrícula 200912030029145; Carla Lopes da Silva Coelho, Matrícula 200912030031557; Cenira Salvador Silva, Matrícula 200912030032014; Denise Felix da Silva, Matrícula 200912030033843; Leonardo de Oliveira Nunes, Matrícula 200912030035706; Renata Drieli Nunes Souto da Silva, Matrícula 200912030040467; Thailane Santos da Silva, Matrícula 200912030040629; no ANO LETIVO DE 2010/1ª SEMESTRE, Turma JA-901: Ana Angélica da Costa Barelli Faustino, Matrícula 200912030029226; Edna Tavares de Souza, Matrícula 200912030030232; Julio Cezar da Silva Ferreira, Matrícula 200912030022990; Maria Neto da Costa, Matrícula 200912030031980; 2ª SEMESTRE: Beatriz dos Santos Albano, Matrícula 201102030146431; Bruno da Silva, Matrícula 201102030146782; Claudio Escocse Fonseca, Matrícula 201102030130979; Creuza Maria da Conceição Souza, Matrícula 200912030015276; Jéssica Cristina de Andrade dos Santos, Matrícula 201102030137810; Jéssica Monteiro Rosa, Matrícula 201012030131002; João Paulo Camilo de Souza, Matrícula 200912030017139; Jucineia Alves da Paixão Silva, Matrícula 200912030041943; Jurema Pereira dos Santos, Matrícula 200912030033762; Léa Ferreira da Silva, Matrícula 200912030034904; Miriam Valéria Peres de Abreu, Matrícula 200912030037598; Patrícia de Oliveira Silva, Matrícula 201102030135010; Patrícia Reis Oliveira dos Santos, Matrícula 200912030011521; Thaís da Silva Machado, Matrícula 201102030126610; Thaís Amorim da Silva, Matrícula 201102030122879; Thiago Gomes Motta, Matrícula 200912030013060; Zemira Jesus da Silva, Matrícula 200912030042168; Secretária Escolar: Mônica da Costa, designada no DOERJ de 19/07/2012, página 14, 3ª coluna. Diretora: Diane Garcia, designada no DOERJ de 29/10/2007, página 08, 3ª coluna. Servidor que autorizou a publicação: Josélia Lopes Oliveira, ID. 4329158-9.

Id: 2140028

SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR  
METROPOLITANA III  
COLÉGIO ESTADUAL PARANÁ

## EDITAIS

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL PARANÁ, sito na Avenida Ernani Cardoso, nº 316, Cascadura, Município do Rio de Janeiro, Censo Escolar 33075832, nos termos da Resolução SEEDUC nº 5469/2016, torna pública a seguinte relação nominal de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO, autorizado pelo Decreto nº 36947/2005, no ANO LETIVO DE 2008, Turma 3001: Daiane Alves de Souza, Matrícula 2008300108; no ANO LETIVO DE 2009, Turma 3002: Pamela Ferreira de Lima, Matrícula 200908300054879; no ANO LETIVO DE 2010, Turma 3002: Rita de Cássia da Silva, Matrícula 200908300050610; no ANO LETIVO DE 2013, Turma 3002: Max Paulo Normando, Matrícula 20118530370524; no ANO LETIVO DE 2014, Turma 3002: Luiz Fernando Pacheco, Matrícula 201108390152352; Roberta da Silva, Matrícula 200908300050709; no ANO LETIVO DE 2015, Turma 3001: Caroline de Freitas Fumê, Matrícula 2011308390181827; David de Carvalho Santos, Matrícula

201308390179510; Turma 3002: Alexander Oliveira da Silva Maranhão, Matrícula 201269190411743; Juliana Soares Lima, Matrícula 201269580478036.

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL PARANÁ, sito na Avenida Ernani Cardoso, nº 316, Cascadura, Município do Rio de Janeiro, Censo Escolar 33075832, nos termos da Resolução SEEDUC nº 5469/2016, torna pública a seguinte relação nominal de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO, autorizado pela Resolução SEEDUC nº 4733/2011, no ANO LETIVO DE 2014, Turma PAEM 14-04, Anderson de Oliveira Gonzales, Matrícula 201108390154568; Enka Souza de Santana, Matrícula 201308390172756; Gabriela Rego Soares, Matrícula 201308390174456; Luana da Silva Theodor, Matrícula 201308390175932; Pamela de Oliveira da Conceição, Matrícula 201108390145910; Simone Bouslosa Melo, Matrícula 201269190422610; no ANO LETIVO DE 2015, Turma PAEM 15-04, Bruno José Rodrigues Lopes, Matrícula 201418360329617; William Coutinho de Souza Costa, Matrícula 201208390165369; Secretária Escolar: Laura Jane Soares Cardoso, designada no DOERJ de 07/11/2013, página 17, 3ª coluna. Diretora: Wania Ribeiro da Silva, designada no DOERJ de 22/01/2018, página 06, 1ª coluna. Servidores que autorizam a publicação: Márcia da Costa Braga, ID. 4368486-6 e Janete Evangelista dos Santos, ID. 3629693-7.

## COLÉGIO ESTADUAL MATO GROSSO

## EDITAIS

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL MATO GROSSO, sito na Rua Miranda e Brito, nº 119, Irajá, Município do Rio de Janeiro, Censo Escolar 33074151, nos termos da Resolução SEEDUC nº 5469/2016, torna pública a seguinte relação nominal de concluintes do CURSO DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, autorizado pelo Decreto nº 43.953 de 17 de agosto de 2012, no ANO LETIVO DE 2016, 2ª SEMESTRE, Turma EJA IV: Mônica Waltz Toledo do Nascimento Pereira, Matrícula 201508340230010; no ANO LETIVO DE 2018, 1ª SEMESTRE, Turma EJA IV: Raiane de Lima Ferreira, Matrícula 2014153003877010; turma de origem EJA IV/2016: Lucas José dos Santos, Matrícula 2013050510315567. Secretária Escolar: Dorca Jandira Brivio de Carvalho, designada no DOERJ de 21/03/2013, página 29, 3ª coluna. Diretora: Claudia de Souza Chaves, designada no DOERJ de 07/11/2016, página 10, 1ª coluna. Servidores que autorizam a publicação: Patrícia Rosa Ribeiro dos Santos, ID 4427976-0 e Adriani Pinheiro Freire, ID 4368741-5.

RETIFICAÇÕES  
D.O. DE 17.08.2018  
PÁGINA 29 - 2ª COLUNA

## EDITAIS

CURSO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Onde se lê:  
2ª SEMESTRE ANO LETIVO DE 2017:  
Daiana Mello Costa, Matrícula 201608340245261  
Leia-se:  
ANO LETIVO DE 2017 2ª SEMESTRE,  
turma de origem: EJA IV/2016.1:  
Daiana Mello Costa, Matrícula 201608340245261  
Onde se lê:  
1ª SEMESTRE ANO LETIVO DE 2018:  
Ramon Landim Mayrink Rocha, Matrícula 200905490080842;  
Rayana Thereza Arquinho Santos, Matrícula 201224500371655  
Leia-se:  
ANO LETIVO DE 2018 1ª SEMESTRE,  
turma de origem: EJA IV/2016.1:  
Ramon Landim Mayrink Rocha, Matrícula 200905490080842;  
Rayana Thereza Arquinho Santos, Matrícula 201224500371655

Id: 2139999

SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE INSPEÇÃO ESCOLAR  
METROPOLITANA V

## CIEP BRIZOLÃO 397 PAULO PONTES

RETIFICAÇÕES  
D.O. DE 04/05/2005  
PÁGINA 30 - 2ª COLUNA  
EDITAIS

CURSO ENSINO MÉDIO  
ANO 2004, TURMA: 3003  
Onde se lê: Ruy Prado da Silveira  
Leia-se: Rui Prado da Silveira

D.O. DE 19/06/2008  
PÁGINA 25 - 2ª COLUNA  
EDITAIS

CURSO ENSINO MÉDIO  
Turma 3002  
Jessica Cabral da Silva  
Onde se lê: Ano 2007  
Leia-se: Ano 2008

Id: 2139883

## DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

"INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 020/2018.  
PARTES: Secretaria de Estado de Educação - DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS - NOVO GEGASE e a Empresa Telepar Norte Leste S/A.  
OBJETO: Prestação dos serviços relacionados a serviços de telefonia fixa comutada STFC.  
PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir de 09/07/2018.  
VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 51.521,54 (cinquenta e um mil quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos).  
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993.  
PROCESSO Nº E-03/021/100001/2018.  
ASSINADO: 09/07/2018.  
\*Omitido no D.O. de 29/07/2018.

Id: 2140080

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia,  
Inovação e Desenvolvimento Social

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## AVISOS

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 472 / 2018

A UERJ torna pública que realizará no dia 01/11/18, às 14h, a licitação para contratação de empresa especializada na execução de obras de reforma para permitir a ACESSIBILIDADE DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (PPD) E/OU COM MOBILIDADE REDUZIDA (PMR), ao prédio do Teatro Odylo Costa Filho, localizada no campus Francisco Negroir de Lima da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Proc. nº E-26/007/4108/2018.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 471 / 2018

A UERJ torna pública que realizará no dia 01/11/18, às 14h, a licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços em DESEMBARCAÇÃO ADUANEIRO E AGENCIAMENTO DE CARGAS. Proc. nº E-26/007/102178/2018.  
Conforme Decretos nºs 45.109/2015 e nº 45.680/2016.  
Editais e anexos disponíveis no site: [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).

Id: 2140277

## FUNDAÇÃO LEÃO XIII

## EXTRATO DE TERMO

\*\*INSTRUMENTO: Rescisão Unilateral.  
PARTES: FUNDAÇÃO LEÃO XIII e a Empresa UP IDÉIAS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E COMUNICAÇÃO EIRELLI - EPP.  
OBJETO: Resilição do Contrato nº 001/2017, de 05.04.2017 de prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, técnicas e operacionais.

DATA DA RESCISÃO: 27.08.2018.

PROCESSO Nº E-23/003/145/2017.

\*Omitido no D.O. de 30.08.2018.

\*\*Replicado por incorreções nos originais publicados nos D.O.s de 10.10.2018 e de 15.10.2018.

Id: 2140156

## Secretaria de Estado de Transportes

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES  
COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES  
E LOGÍSTICA

## AVISO

COMUNICAMOS que o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA - CENTRAL, aprovado pelo Conselho de Administração, através do Processo Administrativo nº E-10/005.100101/2018, em reunião realizada no dia 09/10/2018, encontra-se disponível para consulta pelos interessados na página da internet <http://www.centraled.gov.br>. Informamos que a CENTRAL passa a adotar as Normas de Licitações e Contratos da Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, em conformidade com o Decreto Estadual nº 46.188, de 06/12/2017 e as previstas em seu regulamento.

Id: 2140081

## Secretaria de Estado do Ambiente

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE nº 140/2018 (DF).  
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a GR. INDUSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLÍMEROS CATIONÍCO PARA TRATAMENTO DE ESGOTO, Lote Único, itens 01 a 06, do Anexo I ao Edital.  
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.  
VALOR: R\$ 707.728,00 (setecentos e sete mil setecentos e vinte e oito reais).  
DATA DE ASSINATURA: 15/10/2018.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.771/2017 (Pregão Eletrônico nº 351/2018).

Id: 2140149

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 012/2016 (DT).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSORCIO COLLET - PB.  
OBJETO: Modificação de itens da planilha orçamentária, com acréscimo e redução de valores.  
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.  
VALOR A REDUZIR: R\$ 535.994,35 (quinhentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 16/10/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.371/2014 (Concorrência Nacional nº 012/2014).

Id: 2140148

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel. PARTES: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. OBJETO: Bem relacionado no ANEXO I do Termo. PRAZO: 56 (cinquenta e seis) meses, a contar 11/03/2018. DATA DA ASSINATURA: 10 de outubro de 2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 287/1979 e Decreto Estadual nº 44.558, de 13/11/2014. PROCESSO Nº E-07/002/4177/2017.

Id: 2140166

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO PRIMEIRO TERMO ADITIVO INEA nº 37/2018. PARTES: Instituto Estadual do Ambiente - INEA e IDEXX Brasil Laboratórios Ltda. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato INEA nº 2017 para aquisição de meios de cultura Enterollet e Cartelas Quanti-Tray 2000. PRAZO: 12 (doze) meses a partir da assinatura. VALOR: Sem alteração de valor no presente aditivo. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/1993. Lei Estadual nº 287/1979 e Decreto nº 21.981/1932. DATA DE ASSINATURA: 11/09/2018. PROCESSO Nº E-07/002.691/2016.  
\*Replicado por incorreções no original publicado no D.O. de 04.10.2018.

Id: 2140167

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EDITAIS

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº SUPP/BEAI/00150207, Processo nº E-07/002.775/2018, CONVOCA:

NOME: Carlos Henrique Vieira Batista. CNPJCPF nº 080.095.057-73. ENDEREÇO: Estrada Arnaldo Duckhoff - Posse - Petrópolis - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do processo, à Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista o Auto de Infração nº SUPP/BEAI/00150061, Processo nº E-07/002.2063/2018, CONVOCA:

NOME: LAIR MARCIO DE SOUZA CANELLAS. CNPJCPF nº 080.095.057-73. ENDEREÇO: Estrada da Cachoeira Lote 19 - Araras - Petrópolis - RJ.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 10 dias para tomar ciência do processo, à Rua Buenos Aires, 204 - Centro, Petrópolis/RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.